



INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR SANTA CECÍLIA - IESC  
Diretoria de Pós-Graduação e Pesquisa - DPGP

## **QUAL A FUNCIONALIDADE DOS RESULTADOS DA PROVA BRASIL COMO UM INSTRUMENTO DE DIAGNOSTICO DENTRO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO, NO MUNICÍPIO DE DOIS RIACHOS/ALAGOAS.**

Maria Claudineide Costa  
claudineide91@hotmail.com  
Márcia Brito Nery Alves  
IESC, marcia.bna@gmail.com

### **RESUMO**

Este artigo tem como objetivo analisar a funcionalidade da Prova Brasil como um instrumento de diagnóstico dentro das instituições de ensino, a partir de uma fundamentação teórica sobre os fatores que subsidiam o Sistema de Avaliação da Educação Básica, e o que trás alguns documentos como a constituição federal, os PCN's. e alguns dos materiais impressos distribuídos às instituições de ensino pelo MEC e Cenpec, como também a visão de autores como: Haidt, Lima e Abicalil sobre todo o processo que a norteia. Para alcançar o objetivo proposto foi feito um levantamento de dados, a partir de um questionário aplicado aos coordenadores pedagógicos que auxiliam o trabalho de aplicação da Prova Brasil no referido município. Para tal fim foram elaboradas questões subjetivas no que diz respeito ao repasse de informações para todo o corpo docente das instituições que aplicam a Prova Brasil. Tendo em vista o papel do coordenador em todo o processo de ensino aprendizagem, no desenvolvimento e crescimento do professor e sendo ele, portanto, o responsável por ajudar os professores a encontrar soluções para as dificuldades em todo o contexto da prova é de grande valia conhecer a visão dos mesmos com relação à funcionalidade da função diagnóstica da referida avaliação. Após uma análise das respostas dada pelos coordenadores as questões propostas dentro do questionário aplicado, foi possível verificar o quanto a função diagnóstica da Prova Brasil ainda é deficiente no referido município. Não existindo uma estrutura pedagógica adequada para trabalhar com uma função extremamente importante dentro de um processo que envolve toda a comunidade escolar e municipal. É preciso um envolvimento por parte daqueles que coordenam as equipes que atuam em sala de aula e que precisa de um trabalho desenvolvido em conjunto, tirando dos professores a responsabilidade pelos bons ou péssimos resultados obtidos pela avaliação. É necessária uma postura reflexiva para o desenvolvimento de projetos e ações, que possam comprovar a eficácia desse instrumento como uma unidade reflexiva para a melhoria do ensino e consequentemente das capacidades cognitivas dos alunos que delas fazem parte.

**PALAVRA CHAVE:** Prova Brasil. Funcionalidade. Diagnóstico. Dois Riachos/Al.

### **ABSTRACT**

This article aims to analyze the functionality of Proof Brazil as a diagnostic tool in education institutions, from a theoretical basis about factors that support the Evaluation System of Basic Education, and that brings some documents as federal constitution, the NCP's. And some of

the printed materials distributed to schools by the MEC and Cenpec, but also the vision of the authors as: Haidt, Lima and Abicalil about the whole process that guides them. To achieve the proposed objective a survey was made of data from a questionnaire given to the coordinators who assist the work of applying the Match Brazil in that municipality. For this purpose were prepared subjective questions with regard to the transfer of information to the entire faculty of the institutions that implement the Proof Brazil. Given the role of coordinator in the entire process of teaching learning, development and growth of the teacher and he is therefore responsible for helping teachers to find solutions to the problems in the whole context of the test is of great value to know the same vision regarding the functionality of the diagnostic function of that avaliação. Após an analysis of the responses given by the coordinators of the questions posed in the questionnaire, it was possible to ascertain how much of the diagnostic function Proof Brazil is still deficient in that municipality. Lack of a suitable pedagogical framework for working with an extremely important role in a process that involves the entire school community and municipal. It takes involvement by those who coordinate teams that work in the classroom and who need a work together, teachers taking responsibility for the good or bad results of the evaluation. It takes a reflective attitude to the development of projects and actions, which can demonstrate the effectiveness of this instrument as a unit reflective to improve teaching and consequently the cognitive abilities of the students who are part of them.

**KEY WORD:** Proof Brazil, Functionality, Diagnosis. Dois Riachos/Al.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho trás uma abordagem sobre a utilização da prova Brasil como instrumento de diagnóstico dentro das instituições de ensino que atendem atualmente cerca de 50 milhões de estudantes com direito a aprendizagem de competências cognitivas básicas de qualquer educando aja vistas que é por meio da mesma que se definir quais ações devem ser aplicadas para melhorar a qualidade da educação no País, e conseqüentemente reduzir as desigualdades sociais que permeiam a sociedade.

Essa avaliação é desenvolvida em longa escala pelo Ministério da Educação para ser aplicada ao final de cada ciclo do ensino fundamental, como objetivo de analisar a qualidade do ensino oferecido como também oferecer subsídios para que toda equipe pedagógica possa verificar e rever suas ações, discutido não apenas o número que é a somativa de diversos fatores que são levados em conta na hora de medir e divulgar os resultados do IDEB.

Com o objetivo de entender qual a funcionalidade dos resultados da Prova Brasil como um instrumento de diagnóstico dentro das instituições de ensino, no município de Dois Riachos/ Alagoas e compreender como acontece o processo de revisão da prova de acordo com o que está exposto no guia de aplicação que as escolas recebem para orienta-las a

detectar as deficiências individuais de cada turma ou ela apenas serve para fazer a classificação de cada sujeito participante do processo. Investigando assim se os resultados estimulam os gestores e equipes pedagógicas a avaliar, rever e melhorar as ações dentro das unidades de ensino.

Esse trabalho foi uma inquietude de ver o quanto tem sido investido pelo governo federal através de programas e projetos para alavancar a qualidade do ensino brasileiro e o que acontece é que o índice de analfabetismo contra pondo essas ações só aumenta, faltando talvez estudos voltados para essa modalidade de avaliação que possa esclarecer o sua funcionalidade, quebrando a ideia que se tem de um instrumento classificatório que eleva ou rebaixa uma instituição.

Para atingir os objetivos propostos dentro deste trabalho de pesquisa foi desenvolvido o estudo bibliográfico com a finalidade de observar e fundamentar as ações que devem ser executadas pelas escolas, de acordo com a teoria de alguns autores como: Haidt (1995), Costa (2011) Bloom et al. (1983) e alguns documentos oficiais como: Constituição Federal(1988), PCN,s, LDB 9394/96 ,e o Guia de orientação para aplicação da prova que são documentos que regem a educação brasileira, bem como interpretação das respostas dos sujeitos entrevistados.

A coleta de dados foi feita através de uma entrevista estruturada em um questionário que foi aplicado a dois coordenadores do município de Dois Riachos os quais tem uma efetiva participação dentro do trabalho que estrutura a referida avaliação dentro do município, e suas respostas foram interpretadas de acordo com o estudo bibliográfico que antecedeu o processo de pesquisa e colocadas no decorrer de todo o trabalho.

A educação no município observado ainda tem enfrentado grandes problemas, talvez por está estruturado com base em dados administrativos e organizacionais, deixando de lado um processo tão importante quanto a organização de um sistema de ensino a efetivação do trabalho pedagógico que tem andado com deficiência, aja vista o último resultado do IDEB, no qual a sua nota foi reduzida comprovando que apenas utilizando a função somativa gestores, coordenadores e professores não irão conseguir mudar esse cenário que retrata a realidade da educação municipal.

## 2 A PROVA BRASIL

A ideia de utilizar um instrumento nacional para medir, analisar e melhorar a qualidade do ensino oferecido aos nossos alunos ainda é uma novidade que tem gerado

grandes impasses quanto a sua eficácia. Esse instrumento foi criado pelo governo federal, através do ministério da educação (MEC), que lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Esse plano organiza as ações que garantem a construção de uma educação de qualidade. Essas ações foram desenvolvidas em torno dos quatro eixos da educação: básica, superior, profissional e alfabetização, para identificar dentro das redes de ensino as dificuldades que afetam o desenvolvimento escolar.

Para isso, o PDE, utiliza como instrumento o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) que foi desenvolvido pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas), que realiza a combinação do desempenho dos alunos no final de um ciclo através dos exames nacionais com a taxa de aprovação alcançada por cada instituição em uma avaliação individual, fazendo um levantamento para medir a qualidade da educação básica em todas as instituições de ensino do nosso país e garanti lhes um financiamento necessário para melhorar os índices baixos das instituições.

E para analisar toda a diversidade das escolas brasileiras, foi criada a Prova Brasil, que é a padronização de um instrumento de avaliação que coloca no mesmo nível todo aquele que tem garantido por lei o direito a aprendizagem de competências cognitivas independente do meio social em que esse sujeito habite. Segundo a nossa constituição de 1988:

Artigo 205 da Constituição Federal de 1988: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Esse instrumento foi acrescentado ao sistema de avaliação da educação básica (Saeb) em 2005, pela portaria nº931, de 21 de março de 2005, oficialmente chamada de Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC). Essa prova ocorre de dois em dois anos, e é organizada com 26 (vinte e seis) questões e 04 (quatro) alternativas de respostas com uma única resposta considerada correta, através das disciplinas de língua portuguesa e matemática em turmas de quinto e nono anos.

Com a função de somar os resultados encontrados, através de uma escala que serve como termômetro com o intuito de divulgar para a sociedade de o nível de educação das escolas, dos municípios, estados e do país, para que haja uma efetiva participação das políticas públicas no intuito de alavancar o nível de aprendizagem do país que está cada vez mais deficiente.

Alem de fazer a somativa dos resultados esse instrumento também possui a função de diagnosticar as dificuldades encontradas pelos alunos para resolver as questões propostas e o nível de aprendizagem das habilidades esperadas, para que o sujeito seja considerado letrado.

A divulgação dos resultados é feita através do portal do MEC e com cartazes que são enviados as escolas para apresentar um mapa com o rendimento da avaliação, os dados e o desempenho de cada escola através da escala que mede a qualidade de ensino do país.

A escala utilizada para medir o nível do ensino é agregada a números que representam os níveis de leitura e resolução de problemas esperados em cada disciplina. A interpretação em língua portuguesa acontece em dez níveis de leitura que vão de 125 (cento e vinte e cinco) até 325 (trezentos e vinte e cinco), com acréscimo de 25 (vinte e cinco) pontos entre um nível e outro.

Em matemática, a escala das habilidades propostas pela prova está organizada com um nível a mais que a de língua portuguesa, sendo única para os dois ciclos do ensino fundamental (quinto e nono ano), com um valor que vai de 125 (cento e vinte e cinco) até 350 (trezentos e cinquenta), também com aumento de 25 (vinte e cinco) pontos entre cada nível que está relacionado aos blocos de conteúdos propostos na prova. A partir dessa escala é possível interpretar cada habilidade relacionando-a um determinado valor que será somado e transformados em uma nota.

A função somativa da Prova Brasil, transforma o resultado do exame em apenas números a serem divulgados, enquanto a função diagnóstica evidencia o nível de aproveitamento dos alunos, avaliando as competências construídas e as habilidades que foram desenvolvidas durante todo o processo de ensino aprendizagem, possibilitando o corpo docente de cada instituição de ensino rever suas metas e ações propostas dentro do Plano Político Pedagógico (PPP).

Porém, não são apenas os alunos que estão envolvidos nesse processo, pois além de responderem as questões de língua portuguesa e matemática eles respondem a um questionário de questões que envolvem o contexto socioeconômico e cultural, a partir de 44 questões que caracterizará os estudantes de cada instituição de ensino, o que ajudará a entender em que contexto aconteceu o processo de ensino aprendizagem.

A aplicação deste teste evidencia a responsabilidade de todos que formam a equipe pedagógica, já que a mesma é a foto do trabalho de todos que formam a equipe escolar, assim também respondem a questionários os Professores de Língua Portuguesa e Matemática das turmas que estão sendo avaliadas, além dos diretores que fornecem informação sobre a formação profissional de cada um dos seus professores, os tipos de práticas pedagógicas

utilizadas, o nível socioeconômico e cultural, clima disciplinar e acadêmico, os recursos pedagógicos, infraestrutura e os recursos humanos, que são fatores que podem influenciar no desempenho dos estudantes.

Analisado como diagnóstico esse instrumento também detecta as dificuldades de aprendizagem encontradas pelos alunos no processo de escolarização. Com esse monitoramento é possível intervir, reorientar as práticas de ensino e resgatar o sucesso no nível de aprendizagem com base na construção de uma matriz de referência que descreve um referencial curricular mínimo dentro de cada disciplina e série, ressaltando as competências e habilidades esperadas, os chamados descritores.

Garantir aos alunos o direito de compreender textos orais e escritos que aparecem em diferentes contextos de comunicação significa oferecer-lhes condições para dominar habilidades fundamentais, que são o pano de fundo para o avanço em qualquer área do conhecimento, para seu pleno desenvolvimento e exercício da cidadania, em concordância com o artigo 2º da LDB.

São 15(quinze) os descritores que servem para subsidiar a análise das habilidades esperadas em língua portuguesa, e todos foram formulados tendo o texto como ponto de partida de todo o processo de ensino aprendizagem. Carregando dentro de cada contexto de leitura, habilidades específicas que classificam os indivíduos como aptos ao desenvolvimento e exercício de uma postura efetivamente cidadã.

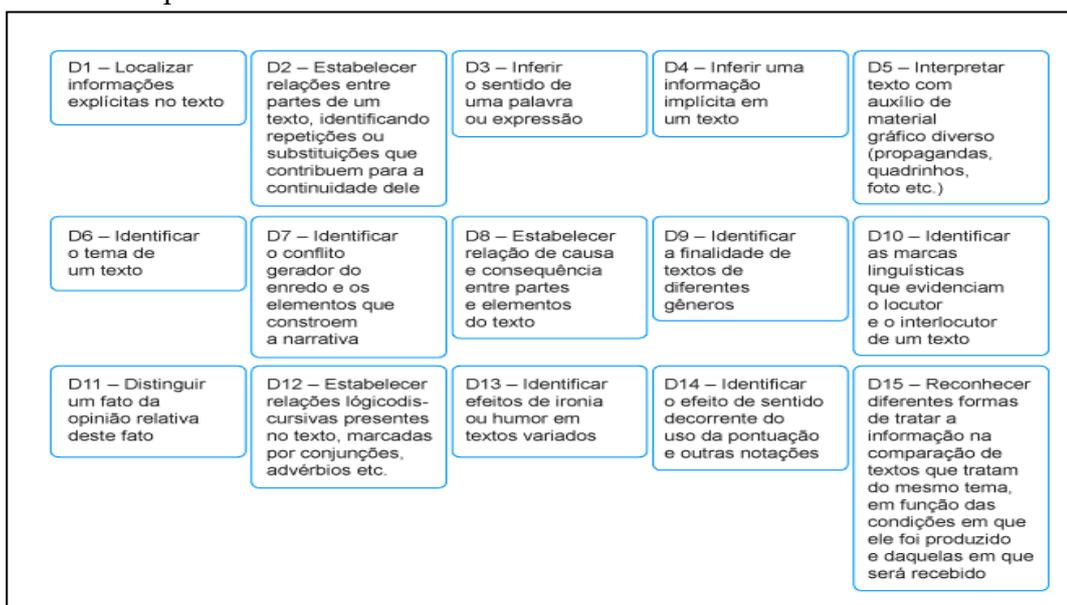


Figura 01: Quadro dos descritores de língua portuguesa

Fonte: <http://revistaescola.abril.com.br/planejamento-e-avaliacao/avaliacao/prova-brasil-detalhes-450869.shtml>

Do ponto de vista pedagógico, os descritores apresentados dentro das questões propostas pela prova, marca a importância da leitura como instrumento de aprendizagem

dentro de um contexto universal, fornecendo ao leitor a oportunidade de desenvolver competências específicas para realização de uma leitura global do enunciado e descobrir informações específicas que não estão postas em evidência dentro de cada gênero textual, os quais exigem do leitor a capacidade de reconhecer e atribuir novos sentidos às palavras dentro de um contexto maior, sendo capaz de ler além das linhas.

Em matemática a prova concentra-se em 28 (vinte e oito) descritores que analisam as habilidades em raciocínio e resolução de problemas envolvendo blocos de conteúdos como: espaço e forma, grandezas e medidas, números e operações e tratamento da informação que são considerados suficientes para que o aluno esteja dentro dos níveis propostos pela avaliação.

Dentro dessas habilidades espera-se que os alunos consigam resolver situações problema envolvendo, representação e cálculo de operações com números naturais e racionais na forma decimal, frações equivalentes, medidas de comprimento e massa, localização no espaço, reconhecimento e descrição de formas geométricas tridimensionais e bidimensionais e interpretação de tabelas e gráficos.

Tanto, nas questões de língua portuguesa, quanto nas de matemáticas as habilidades de leitura fazem a diferença, pois ao dominar as estratégias de leitura o aluno consegue se desenvolver nas mais variadas disciplinas que lhe vão sendo apresentadas durante todo o processo escolar, comprovando que todas estão ligadas por meio da leitura estruturada das instituições de ensino como também pela leitura de mundo que cada indivíduo carregar por natureza.

As questões de matemática proposta na prova estão organizadas de acordo com a matriz de referência, em que o foco é a habilidade de resolver situações problemas que também se intercala com as habilidades de leitura e interpretação, pois para que a aluno consiga desenvolver as habilidades esperadas é necessário que ele tenha eficiência na leitura e interpretação das questões. Contudo, considera-se o incoerente analisar as habilidades na área com apenas questões de múltiplas escolhas, que é considerado insuficiente para indiciar o que o aluno aprendeu em matemática.

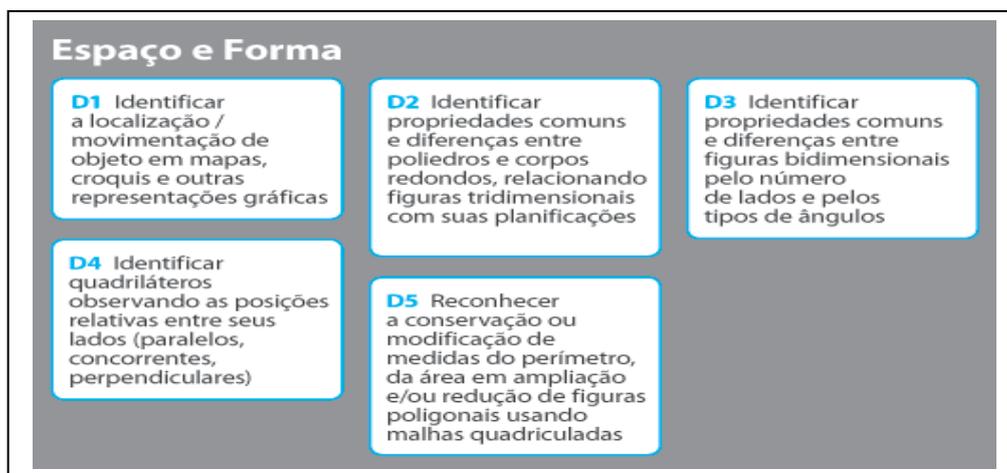


Foto02: Tema I: bloco de conteúdos que envolvem espaço e forma

Fonte: <http://revistaescola.abril.com.br/planejamento-e-avaliacao/avaliacao/prova-brasil-detalhes-450869.shtml>

O bloco de descritores que correspondem ao tema I, está formulados por temas correlatos, aos conteúdos de espaço e forma que agregam os cinco primeiros descritores de habilidades que compreende a questões que explora o espaço e suas dimensões (altura, largura e comprimento) o que também fornece informações de formas geométricas, localização e movimentação. Conhecimentos que os ajudará a entender a sua posição no mundo, podendo relacionar as várias áreas de estudos.

O segundo bloco de conteúdos que compreende ao tema II, está desenvolvidos com sete descritores de habilidades para realizar questões relacionadas a grandeza e medidas que estão associados a conhecimentos sobre os sistemas convencionais que são usados para medir área, peso, tempo e outros conteúdos que estão correlacionados, e que dependem um do outro para que tudo que aconteça a aprendizagem.

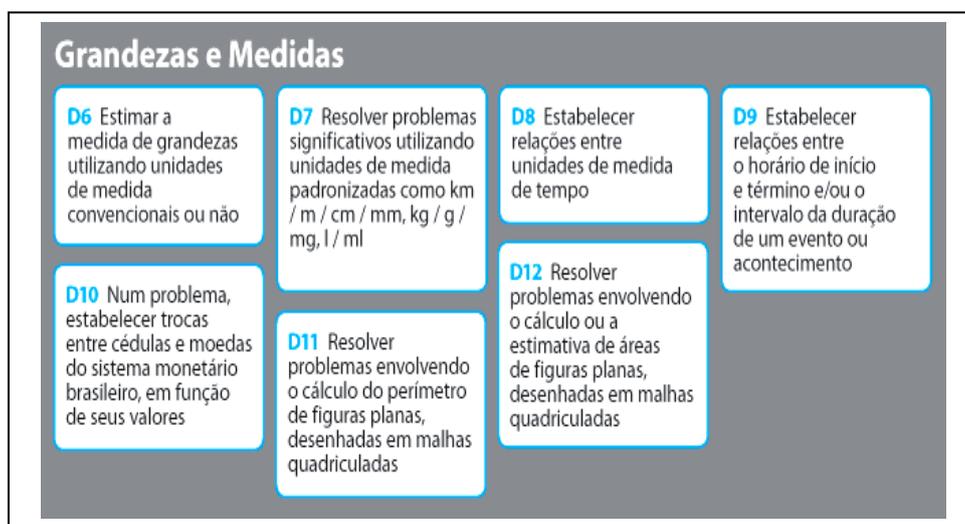


Figura 03: Quadro do segundo bloco de conteúdos dos descritores de matemática

Fonte: <http://revistaescola.abril.com.br/planejamento-e-avaliacao/avaliacao/prova-brasil-detalhes-450869.shtml>

O bloco três agrega o tema III, que está formado por quatorze descritores que tratam do desenvolvimento de habilidades em resolver situações problemas que estão envolvendo os numerais e suas diversas representações e formas reconhecendo suas características e representações dentro de um contexto significativo, no qual a leitura é imprescindível para que o aluno consiga sucesso na resolução das questões apresentadas.

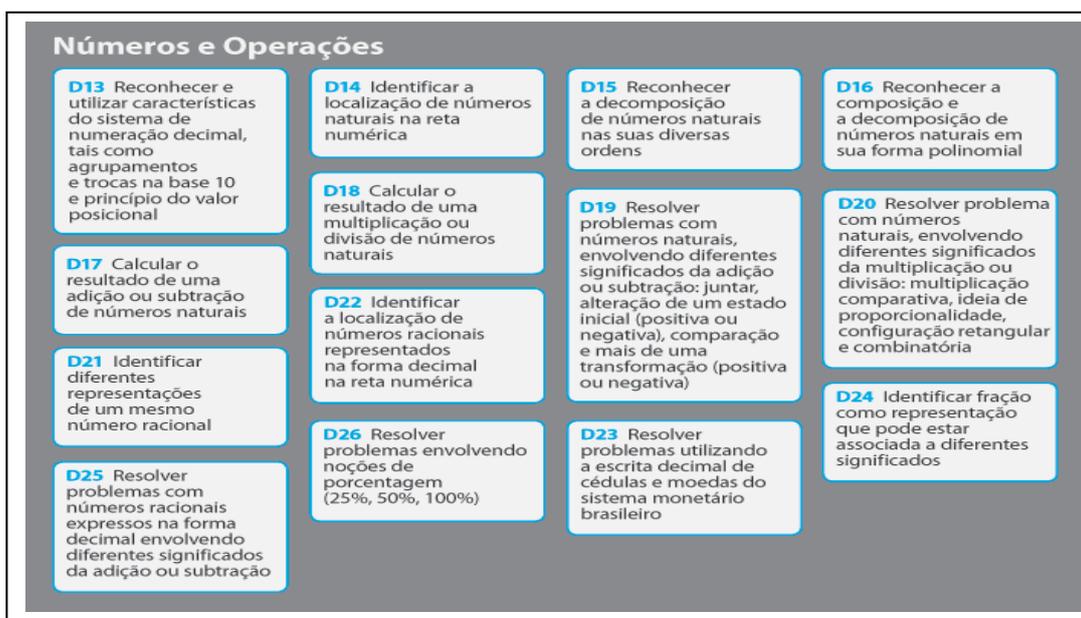


Figura 04: Quadro do terceiro bloco de conteúdos dos descritores de matemática

Fonte: <http://revistaescola.abril.com.br/planejamento-e-avaliacao/avaliacao/prova-brasil-detalhes-450869.shtml>  
Acesso em: 05 -12-2012 às 22h52min.

Enquanto, que o bloco IV está formulado apenas com dois descritores que estão formulados a partir de questões relacionadas ao bloco de conteúdo de tratamento e informações que definir as habilidades previstas para a resolução de questões de leitura, interpretação e construção de gráficos, listas, mapas e tabelas, habilidades essas que são muito cobradas em outras áreas de estudo, e que ter um domínio das mesma os ajudará em questões perpassa os muros da escola.

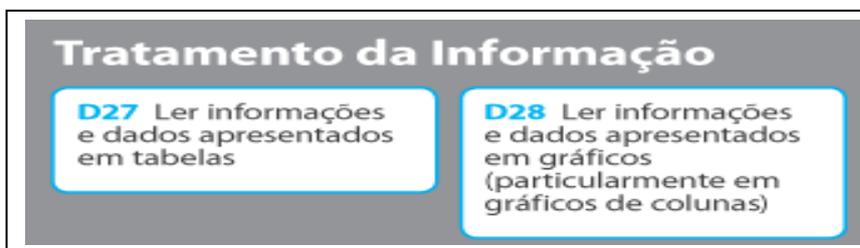


Figura 05: Quadro do quarto bloco de conteúdos dos descritores de matemática

Fonte: <http://revistaescola.abril.com.br/planejamento-e-avaliacao/avaliacao/prova-brasil-detalhes-450869.shtml>

De modo geral, são avaliadas questões específicas que em uma análise diagnóstica da mesma, evidência um grande problema enfrentado por aqueles que ministram aulas com a

disciplina de Matemática, o qual se restringir a modelos únicos de resolução de problemas e um amontoado de conteúdos, conceitos e procedimentos. Uma prática que não contribui em nada para a aprendizagem dos alunos no que diz respeito à leitura e interpretação dos enunciados.

Os descritores postos na avaliação ajudam a repensar e elaborar um trabalho que leve em conta à seleção de informações que são indispensáveis na elaboração de estratégias pessoais para resolver os problemas matemáticos e chegar a uma conclusão de descarte ou validação dos mesmos, como também a definição clara dos conteúdos por ordem de importância a serem tratados, levando em conta níveis de aprendizagem que devem partir do mais simples para o mais complexo.

Entretanto, a composição das matrizes que compõe a Prova Brasil não engloba todo o currículo escolar, é apenas uma parte do que está vigente nos currículos brasileiros, não podendo ser confundidas com os procedimentos, as estratégias de ensino e conteúdos que são utilizados pelos professores em sala de aula.

As matrizes que compõe a prova Brasil são formuladas a partir do que trás os Parâmetros Curriculares Nacionais (Pcn's), os currículos desenvolvidos pelas Secretarias Estaduais e municipais de Educação, como também os livros didáticos vigentes nas redes de ensino para as disciplinas de língua portuguesa e matemática, que são as áreas de conhecimento que dão suporte para o trabalho em todas as outras disciplinas.

Cada matriz é composta por descritores que indicam habilidades a serem avaliadas. Os descritores são a associação dos conteúdos curriculares com as operações mentais utilizadas para resolver as questões propostas em cada item e que comprovam as habilidades e competências construídas ao final de cada ciclo de escolarização. Sendo que, a matriz que norteia o ensino de língua portuguesa está focada na língua com fator social e primordial para que ela seja exercida com fluência, sendo este um requisito indispensável para o ingresso do sujeito dentro de um mundo letrado, tornando-o capaz de interagir e atuar dentro de uma sociedade cada vez mais exigente. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) estabelecem que:

[...] cabe à escola a formação de leitores competentes. Para tal, é necessário trabalhar para que os alunos consigam: posicionar-se criticamente diante do que leem ou ouvem; descobrir as intenções do interlocutor e os recursos de que se vale para alcançá-las; transitar por diferentes gêneros; ou seja, trabalhar para que sejam capazes de manejar o intertexto social em função do qual se interpreta a vida e se constrói uma visão própria da realidade. (p. 123).

A leitura e a escrita são competências específicas das unidades de ensino, sendo um ambiente em que deve permear uma diversidade de textos para um estudo sistemático da linguagem. As questões de língua portuguesa e matemática que estão postas na prova Brasil, estão estruturadas de forma a abordar diferentes níveis de leitura, escrita e interpretação, o que exigirá do aluno um conhecimento de mundo que deve ser abordado pelos professores dentro de suas estratégias de ensino, durante todo o processo de ensino aprendizagem e não apenas no final de um ciclo de ensino.

Desse modo “a leitura é um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção de significado do texto” (PCn’s). Nessa área temática, a avaliação tenta verificar a competência dos alunos em analisar o texto em diferentes níveis que são levados em consideração em cada questão proposta “ser competente no uso da língua significa saber interagir por meio de textos em qualquer situação de comunicação”(idem,p.17)

Essa avaliação fornecer as informações necessárias para o planejamento de medidas que sanem as deficiências dentro das instituições de ensino avaliadas, a construção de projetos para envolver os profissionais da educação possibilitando o corpo docente de cada escola uma reflexão sobre algumas práticas em sala de aula, que influenciam diretamente na aprendizagem de todas as áreas temáticas que são propostas dentro da grade curricular e que são fatores imprescindíveis para o bom desempenho de todos que compõe a educação básica de nosso país. Segundo Costa, (2011, p.22) “A avaliação permeia a vida do ser humano, e sua utilidade depende do uso que cada sociedade lhe atribui”.

Sendo a educação um direito de todos, se faz necessário um ensino focado nas diferentes esferas que estão ligadas ao bom desenvolvimento escolar, algumas até aparecem em primeiro plano, um exemplo é à força dos valores familiares e religiosos que ajudam a escola a formar sujeitos com uma ampla visão de mundo. E essa junção de esferas coloca sobre a escola todas as responsabilidades pelo sucesso ou fracasso de seus alunos. Entretanto, é a escola a maior responsável pelo desenvolvimento das competências cognitivas apontadas pela nossa constituição federal de 1988, quando diz que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Pode-se compreender com base no que foi exposto que a escola deve ser o local de promoção à equidade, inclusão social e econômica do cidadão. E é só através da mesma que cada sujeito consegue sua emancipação política e social dentro de uma esfera maior que é a

sociedade da qual ele faz parte como centro das decisões e ações que são tomadas. Abicalil (2004, p. 21), reforça a ideia apresentada ao dizer que:

Quaisquer processos avaliativos possuem uma finalidade. De acordo com a instituição que os realiza, com os parâmetros que estabelece, com os objetivos e as metas a que se referem e com os atores que deles participam pode-se inferir alguma finalidade, dentre as quais se situam: a certificação, a comparação, a seleção/classificação/progressão, a diagnóstico, o controle.

Toda e qualquer avaliação deve ser formulada a partir de uma finalidade ou causa, com a pretensão de constatar sua veracidade ou deficiência e apontar suas causas e traçar as possíveis intervenções, sendo necessário um trabalho em equipe para que os resultados venham aparecer, pois havendo deficiência nesse processo de formulação, análise e intervenção é possível que aconteça um efeito dominó dentro das escolas do nosso país.

## 2.1 A Função Somativa da Prova Brasil

A Prova Brasil, é formulada para medir o nível de ensino do nosso país, através da função somativa que estabelece uma escala numérica que faz a associação dos descritores com os números da escala numérica em que está cada questão descrita, sendo considerado mínimo que o aluno consiga alcançar o nível de 125(cento e vinte e cinco) e o máximo de 350 (trezentos e cinquenta) dentro da escala que estabelece quais habilidades devem ser ensinadas para que ao final de um ciclo de ensino os alunos possam ser classificados como alfabetizados ou não.

De acordo com o material de instrução que o MEC fornece para que as escolas possam entender qual é a dinâmica da prova, a função somativa consiste em fazer uma somatória do resultado do exame nacional com a taxa de aprovação, repetência e evasão de cada instituição avaliada o que gerará um numero, que é divulgado para a sociedade como um indicador da qualidade do ensino. Segundo Kusiak o IDEB seria:

O termômetro da qualidade da educação básica em todos os estados, municípios e escolas do Brasil. Ele seria calculado através de dois indicadores: fluxo escolar (passagem dos alunos pelas séries sem repetir, avaliado pelo Programa Educasenso) e desempenho dos estudantes (avaliado pela Prova Brasil nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática).

De acordo com o site do INEP, que é um dos veículos para evidenciar a função somativa da prova o município de Dois Riachos atingiu em um período de 04(quatro) anos

uma elevação considerável em sua nota no 4º e 5º ano do ensino fundamental observando a média proposta de 2022 que é de 06(seis), média essa que já foi alcançada pelos países desenvolvidos que compõe a America latina. Entretanto, em sua ultima aplicação à nota caiu, comprovando assim que existe uma deficiência na análise de todo o contexto que compõe a prova.

Município	Ideb Observado				Metas Projetadas 4º/5º							
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
DOIS RIACHOS	2.2	3.0	3.4	2.6	2.4	2.9	3.4	3.7	4.0	4.3	4.6	4.9

Figura 05: Quadro do resultado do Ideb de 2005 a 2011 e as notas projetadas até 2021 para o 4º e 5º ano.  
Fonte: <http://ideb.gov.br/resultado/resultado.seam?cid=29554>.

Ao observar o quadro do IDEB do município podemos observar que nos anos finais do ensino fundamental 8º e 9º ano as notas do Ideb não variaram das metas projetadas, mais também teve redução em seu nível nos anos 2007 e 2011, indicando uma falha no ensino, que deveria ter sido discutida e reavaliada nos primeiros anos em que houve a aplicação da prova, o que reduziu a qualidade do ensino oferecida pelas instituições escolares que compõe o município de Dois Riachos.

Município	Ideb Observado				Metas Projetadas 8º/9º							
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
DOIS RIACHOS	2.1	2.4	3.0	2.6	2.1	2.3	2.7	3.1	3.5	3.8	4.1	4.4

Figura 05: Quadro do resultado do Ideb de 2005 a 2011 e as notas projetadas até 2021 para o 4º e 5º ano.  
Fonte: <http://ideb.gov.br/resultado/resultado.seam?cid=29554>.

De acordo com as orientações do MEC, após a aplicação da prova os coordenadores municipais ficam com a responsabilidade de enviar-lhes os gabaritos das provas aplicadas

para que sejam feitas as junções da nota da avaliação com os resultados das avaliações individuais (aprovação e reprovação) e a taxa de evasão escolar de cada instituição de ensino, que são fatores que também são levados em conta na hora de avaliar as instituições, como também espaço físico, pedagógico e capacitação de seus profissionais, que são dados coletados através do educacenso.

Com a conclusão da junção de notas é possível chegar aos resultados que são divulgados através do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), para mapear o nível de educação do país. Esses resultados chegam às escolas através de cartazes que configuram cada unidade de ensino, e também podem ser vistos através do site do MEC, [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br).

## 2.2 Função Diagnóstica da Prova Brasil

Todo o material que permeiam a estrutura da prova é enviado para a SEMED (Secretaria Municipal de Educação) para serem revistos pelos coordenadores pedagógicos e repassados ao corpo docente dos municípios, em grandes ou pequenas rodas de discussões, onde cada um tem a oportunidade de fazer a diferença, apontando caminhos, detectando erros e o principal traçando metas para resolver cada um. Para Lima.

A avaliação com função diagnóstica acontece no início do processo de ensino-aprendizagem com o objetivo de verificar o nível de aproveitamento do aluno, possibilitando o professor fazer o acompanhamento das capacidades do mesmo. Em outras palavras, analisa o aluno como produtor. Funciona como uma sondagem e não possui um caráter classificatório. Ou seja, ela não tem como objetivo aprovar ou reprovar o aluno.

Através da função diagnóstica da prova, é possível uma interpretação pedagógica para os números divulgados para cada instituição. Sendo necessária uma revisão com um olhar crítico e reflexivo para que a aprendizagem tenha eficácia e significado deixando de lado a cultura de uma educação mecânica que ainda está muito presente nas instituições de ensino.

Para Haidt (1995) é através da função diagnóstica que se identificam as dificuldades de aprendizagem e suas possíveis causas, e a partir desses resultados, procurar formas de resolvê-las ou minimizá-las, já que por meio desse instrumento é possível detectar dificuldades específicas de cada instituição de ensino. Segundo, Bloom et al. (1983, p. 98).

A avaliação diagnóstica, efetuada enquanto a instrução se encontra em andamento, tem como função principal determinar as circunstâncias ou causas subjacentes a repetidas deficiências da aprendizagem, que não responderam às formas comuns de ensino remediativo.

Ao interpretar os dados obtidos é possível montar um mapa de cada escola com os níveis de aprendizagem alcançados pela avaliação e rever as ações, reajustando-as com mais evidência e estímulo com toda a comunidade escolar engajada na busca de uma única meta.

Para os governantes essa função é a possibilidade de uma visão geral da qualidade de ensino esperada e alcançada em cada escola, município, estado e país, sendo, portanto uma pesquisa que aponta exatamente as regiões que necessitam de investimentos, as quais estimulam o planejamento de capacitações por parte dos governantes.

### 3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O município de Dois Riachos está localizado na região centro-oeste do Estado de Alagoas, limitando-se a norte com o estado de Pernambuco, a sul com o município de Olivença e Major Isidoro, a leste com Cacimbinhas e Major Isidoro e a oeste com Santana do Ipanema.

Dois Riachos está localizada a aproximadamente 189 km da capital do estado. Com uma população de 10.879 habitantes, distribuídos em uma área de 140,5 (km<sup>2</sup>), e uma economia concentrada basicamente na agropecuária segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) de 2010.

Antes de ser considerada cidade Dois Riachos, recebia o nome de Garcia e pertencia a cidade de Major Izidoro, sendo Desmembrado dia 07 de junho de 1960, pela Lei nº 2.238. O município foi instalado oficialmente no dia 08 de julho do mesmo ano. O primeiro prefeito foi Tibúrcio Soares da Silva, nomeado em caráter provisório para o período de 1960-1961. Já o primeiro prefeito eleito pela população foi Tibúrcio Soares da Silva, nomeado em caráter provisório para o período de 1960-1961.

A cidade hoje é conhecida mundialmente, por ser a terra da jogadora eleita cinco vezes consecutiva a melhor jogadora de futebol do mundo, fato esse que despertou olhares do mundo todo.

#### 3.1 Caracterização Secretaria Municipal de Educação (SEMED)

A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) esta situada a Rua Miguel Vieira de Novaes s/n, no município de Dois Riachos a qual funcionou até 2005 como Departamento de Ensino. Apesar de já ter sido instituída as secretárias de educação no país apenas em 2005 é que foi fundada a secretaria de educação do município pela de lei nº. 174/2005 de 17 de outubro do mesmo ano pelo prefeito atuante da época Jaiton Matias de Azevedo, a Secretaria Municipal de Educação de Dois Riachos, dando-lhe as seguintes atribuições: Art.12- “A Secretaria de Educação é o órgão da administração municipal direta, que tem a seu cargo o planejamento, a supervisão, a orientação e o controle das atividades pertinentes á educação no âmbito municipal”.

Para que o trabalho organizacional e pedagógico tivesse uma maior eficiência, formulou-se dentro da lei artigos que divide a mesma em duas subseções, as quais sistematizam as funções do departamento de ensino e do departamento de programas educacionais, que estão colocadas da seguinte forma: De acordo com o Art.13, Subseção I, compete ao Departamento de Ensino:

Planejar, coordenar e supervisionar as atividades educacionais no município, opinar em casos de remoção e lotação do pessoal do quadro do magistério, manter atualizada coletânea de leis e outras normas referentes ao ensino, Planejar e executar treinamentos que visem melhorar o nível de qualificação do professorado municipal, elaborar anualmente o calendário escolar, levando em conta a realidade do município, desincumbir-se das demais tarefas que lhe forem atribuídas, na área de sua competência, pelo titular da Secretaria de Educação.

Ficando sob a responsabilidade de organizar o sistema que rege a educação no município, o departamento de programas educacionais, inclusive com a função de promover a capacitação de todos os que compõem a secretaria de educação do município, que de acordo com o Art.-14- que esta na Subseção II, compete ao Departamento de Programas Educacionais: Coordenar e supervisionar a execução dos programas de natureza educacional em funcionamento no município, exercer outras atribuições que lhe forem determinadas pelo titular da Secretaria de Educação.

A secretaria de educação do município (SEMED) trabalha com uma equipe de 138 (cento e trinta e oito) professores efetivos, estando 15 deles em funções de coordenação, os quais estão distribuídos para darem assistência técnica e pedagógica às 36 escolas do município.

Entretanto, apenas alguns desses coordenadores exercem e conhece sua verdadeira função contribuindo assim para a defasagem do processo de ensino aprendizagem. Aja vista

que pouco deles possuem capacitação para atuarem na área, acabam desconhecendo muitas vezes a sua verdadeira função dentro da equipe e conseqüentemente deixam de cumprir seu efetivo papel, que é o de gerenciar sua equipe e ajuda-los a organizar e resolver questões que depende de todo o conjunto escolar, não sendo de única responsabilidade do professor a aprendizagem de todo o alunado.

### 3.2 Análise e Discussão das Entrevistas

Para entender todo o processo que envolve a prova Brasil, foi desenvolvida uma entrevista com o coordenador da Prova Brasil no município, o qual será identificado por CP1 e o coordenador da zona urbana que será identificado como CP2, já que de acordo com a entrevista não existem coordenadores pedagógicos atuantes para auxiliar as escolas da zona rural.

A coleta de dados foi feita através de uma entrevista estruturada em um questionário que foi aplicado aos coordenadores levando em conta o grau de importância de uma efetiva participação dentro do trabalho que estrutura a referida avaliação dentro do município, e suas respostas foram interpretadas de acordo com o estudo bibliográfico que antecedeu o processo de pesquisa e colocadas no decorrer de todo o trabalho.

Ao serem questionadas sobre como elas compreendem a organização das competências e habilidades medidas para estabelecer os níveis de aprendizagem estabelecidos na Prova Brasil? As mesmas responderam que:

“As competências e habilidades devem ser desenvolvidas no decorrer de todas as etapas e não apenas nos anos em que são aplicadas as provas. As competências dizem respeito àquilo que o aluno já é capaz de fazer e as habilidades medem as facilidades e/ou dificuldades que o aluno tem ao desenvolver as atividades contidas nas competências, especialmente em língua portuguesa e matemática”.

Concebo como uma matriz de referência que contempla apenas algumas competências e habilidades da Área de Língua Portuguesa e Matemática. Portanto a Prova Brasil deve ser vista como um dos instrumentos de avaliação externa, aplicado para avaliar determinado aspecto do processo de ensino aprendizagem, avaliando competências consideradas básicas e que os currículos das escolas não devem e não pode ser reduzidos aos descritores propostos pela Prova Brasil.

A primeira demonstra uma visão ampla da funcionalidade da função diagnóstica desse instrumento, não sendo um compromisso apenas de professores das séries que são avaliadas por meio das provas. Enxergando o processo de ensino como um trabalho, que possui efeito,

dominó, quando um cai conseqüentemente derruba todo o resto. Portanto deve ser organizado, de modo que leve em conta toda a realidade pedagógica e física a que esses alunos são submetidos.

Entretanto, a segunda a responder não considera as competências e habilidades medidas pela prova suficientes para estabelecer os níveis de aprendizagem dos alunos, considerando-os como apenas a base para a estruturação dos conhecimentos adquiridos dentro das escolas, onde os descritores são a redução do processo de ensino aprendizagem.

No município ainda é deficiente a análise do material obtido com a prova. Para comprovar essa tese, foi questionado aos coordenadores. Os resultados são utilizados para intervenção e análise de coerência entre os conteúdos da prova e a proposta pedagógica de cada escola?

“Na realidade, ainda é muito deficiente esse trabalho. Apenas uma minoria é que param para fazer essa análise e refletir sobre as causas de cada fator, e infelizmente essa falta de compromisso vem influenciando muito nos resultados obtidos nos exames nacionais”.

“Nas nossas escolas precisa ser desenvolvida a cultura de análise dos resultados das avaliações, sejam eles internos ou externos.”

Nas duas falas ficou evidente que o verdadeiro objetivo da função diagnóstica da Prova Brasil ainda é muito oculto para coordenadores e professores da rede de ensino, deixando o destaque e a responsabilidade apenas para o professor da série especificada, o que quebra a ideia que educação se dá em conjunto, pois depende de todos que estão envolvidos no processo, cabe a esses profissionais desenvolver um elo de compromisso que faça com que essa postura seja quebrada para que a educação do nosso país passe a valer a pena.

Também foi perguntado sobre: Qual o grau de contato dos professores da rede, com a proposta da prova? E foi apontada uma situação crítica.

“Ao receber os resultados da prova, eles são repassados aos coordenadores gerais da zona urbana que ficam incumbidos de discuti-los com sua equipe pedagógica para que possam chegar às salas de aula, mas, infelizmente o que acontece é que apenas alguns coordenadores escolares participam dessa discussão promovendo estratégias de ensino. Porém as escolas da zona rural não tem essa orientação por não existir coordenadores designados para ajudar os professores que atuam nessa área”.

Os professores das escolas, sob a minha coordenação, tem encontro de formação para análise e discussão sobre a estrutura da prova no ano de sua aplicação. Analisamos os descritores e propostas de atividades que podem ser desenvolvidas na sala de aula que favoreça o desenvolvimento das competências e habilidades que contemplem os descritores de acordo com a

proposta da prova de cada prova: leitura em língua portuguesa e resolução de problemas em matemática.

Existe ainda que deficiente um trabalho de análise da estrutura da prova, mas, apenas no ano de sua aplicação, não sendo o processo que está estruturado por escolas e coordenação pedagógica, restringindo o teste apenas como um componente de classificação, não existindo um ensino voltado para o que é considerado básico na construção do conhecimento de qualquer indivíduo. Contudo, o caso é ainda mais grave nas escolas da zona rural, pois o trabalho que deveria acontecer através dos coordenadores escolares não existe. Ficando por conta dos professores reverem suas ações ou não.

De acordo com a estrutura pedagógica que sustenta a aplicação da prova Brasil é importante que os coordenadores vejam as intervenções como necessárias em qualquer projeto para que seja discutido e reavaliado sua eficácia e necessidade. Dessa forma questionou-se: Como acontecem as intervenções e revisões dos resultados com os coordenadores e professores que compõe o quadro do município?

“Em alguns encontros pedagógicos, com os coordenadores, mas, infelizmente essas reuniões não tem surtido muito efeito, e isso pode ser comprovado pelos resultados do IDEB de 2011. Ainda existe uma concepção errada do verdadeiro papel do coordenador, e esse talvez seja o entrave para que essas orientações cheguem às escolas”.

“Se a pergunta refere-se ao trabalho de intervenção da Escola em relação ao baixo resultado de desempenho dos alunos obtidos na prova, informo que esse trabalho fica a cargo da coordenação pedagógica de cada escola que é orientada para após a publicação do resultado discutir com os professores e planejar ações visando à melhoria do nível de aprendizagem dos alunos em leitura e na resolução de problemas”.

As respostas dadas a questão anterior comprova nitidamente que a função diagnóstica não possui caráter de importância na hora do planejamento, abandonando-a como indicador de deficiências coletivas que podem ser sanadas se forem revistas às estratégias e metodologias de ensino resumindo a avaliação apenas a um componente obrigatório que fornece informação ao MEC, abandonando toda a estruturação para qual a mesma foi elaborada.

Sendo a prova Brasil estruturada de acordo com documentos oficiais que norteiam a educação, as secretarias dos municípios acabam por receber muitos materiais impressos para orientar o ensino das habilidades cobradas na avaliação, como também informa todo o seu objetivo e formas de atingir as metas propostas pelo MEC. Com isso questionou-se se: Existem capacitações para os coordenadores gerais e específicos trabalharem com o material

recebido dado a importância de se ter conhecimento sobre as funções que permeiam a prova Brasil?

“Se o MEC fornece alguma capacitação eu desconheço. Não. Mas, ainda é de uma forma precária, devido à carência de um trabalho de acompanhamento que venha incentivar e valorizar processo, como uma prática efetiva em todos os níveis de ensino”.

Nunca participei de nenhuma. Estava na Coordenação das Escolas Urbanas em 2011 e por conceber que compete ao coordenador promover a formação continuada dos professores sobre tudo que se refere ao processo ensino aprendizagem, organizei a formação sobre a Prova Brasil para os coordenadores das escolas do 1º ao 5º ano e para professores de Língua Portuguesa e Matemática do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir o presente trabalho, construído através de estudos teóricos sobre avaliação diagnóstica e de pesquisa em lócus para compreender de que forma a função diagnóstica da prova Brasil é vista pelos coordenadores que efetivam e organizam o ensino na rede municipal e qual a funcionalidade dos resultados desse instrumento de diagnóstico dentro das instituições de ensino, no município de Dois Riachos/Alagoas, foi possível verificar quão grande ainda é deficiente a análise dessa avaliação, tanto no trabalho da equipe pedagógica quanto na construção da aprendizagem.

A Prova Brasil, foi estruturada para desenvolver uma influência na prática docente, pois à medida que coordenadores e professores discutem seus resultados a prática e o direcionamento do ensino tende a se desenvolver de forma eficiente e significativa, apresentando efeitos positivos em todo o contexto educacional, o que elevará o nível de qualidade do ensino municipal que se apresenta ainda de forma organizacional, esquecendo-se de rever suas ações pedagógicas.

Entretanto, ao desenvolver a pesquisa com os coordenadores, o que ficou comprovado é que ainda é pouco utilizada a metodologia de discussão de resultados pelas equipes pedagógicas que compõe o quadro da secretaria de educação do referido município. Não existindo uma preocupação com a prova, como um indicador de dificuldades a serem questionadas e resolvidas. Contudo, também ficou claro que, mesmo o governo federal investindo muito nesse projeto de direção do ensino, não existe uma sistematização para capacitar os coordenadores que ficam encarregados de organizá-la no município.

Infelizmente, ela só é alvo de interesse no ano de sua aplicação, já que seus resultados vão ser divulgados como mapa da qualidade do ensino municipal, muitas vezes atribuindo a culpa pelo fracasso dos alunos aos professores que trabalham com as turmas avaliadas, exonerando todo o resto da equipe pedagógica que compõe a rede dessa obrigação.

Ao pensar e desenvolver suas ações com base no individualismo os agentes desse processo mais atrapalham do que fornece ajuda para aqueles que sozinhos e em único ano terá que desenvolver nos alunos que não foram trabalhadas em todo o decorrer da escolarização. Ficando comprovado que a função diagnóstica não possui caráter de importância na hora do planejamento, resumindo-a apenas a um componente obrigatório que fornece informação ao MEC, abandonando toda a estruturação para qual a mesma foi elaborada.

De acordo com a fala dos coordenadores entrevistados, situação é ainda mais crítica na zona rural, pois, não existem coordenadores para subsidiar o trabalho dos professores sendo eles agentes de qualquer ação que venha ser tomada para desenvolver a aprendizagem. O que aponta que não existiu nem uma leitura do material que é enviado à escola para ajudar a organizar metodologias que atendam as habilidades propostas pela prova.

No caso da zona urbana são repassadas algumas orientações para os coordenadores escolares, contudo a participação dos mesmos nas discussões é escassa, e que em alguns casos a orientação recebida, não ultrapassa o espaço em que foi dada. Deixando uma abertura na proposta em que está fundamentada a avaliação. Sendo discutida apenas para apontar o professor que não conseguiu fazer com que o Ideb das escolas aumentasse. Encarando a mesma como um instrumento de punição.

Cabe aos educadores uma postura de conscientização para acabar com a cultura de que é de responsabilidade dos coordenadores apenas fiscalizar o trabalho dos professores sem uma preocupação de utilizar os vários recursos oferecidos pelo governo para organizar, ministrar e efetivar a qualidade da educação aja vista que existem coordenadores que desconhecem os descritores exigidos pela prova e os que têm conhecimento sobre os mesmos, considera-os insuficientes para avaliar alguém, desprezando a ideia contida no material de instrução que os trata como habilidades básicas de todo e qualquer cidadão que frequenta uma unidade de ensino.

Infelizmente o trabalho que norteia a função diagnóstica da Prova Brasil ainda é incompleto. Ressaltando que o trabalho dos coordenadores pedagógicos é de suma importância é preciso que eles assumam essa postura de observar o que acontece com a aprendizagem dos alunos de sua escola, tanto através dos indicadores construídos pelas avaliações nacionais quanto pelas realizadas em suas próprias escolas. A análise de todos os

contextos que permeiam a prova pode ajudar a estabelecer metas e a implantar ações pedagógicas e administrativas que garantam o direito de aprender para todos os nossos alunos.

Para que a Prova Brasil se efetive no município como um instrumento de apoio ao trabalho dos professores e das escolas, é preciso que seja desenvolvida a cultura de revisão de instrumentos que tem como objetivo desenvolver as propostas de ensino aprendizagem, efetivando a função diagnóstica como principal indicador para alcançar o sucesso educacional. Sendo necessário um compromisso maior daqueles que são responsáveis por essa organização, entendendo que é dele a responsabilidade de organizar a realidade pedagógica que anda deficiente.

## REFERENCIAS

ABICALIL, C. A. **Avaliação**, direito e democracia. Apud: LIMA, Isana Cristina dos Santos. Os Efeitos da Prova Brasil nas Escolas Públicas do Município de Teresina. UFPI (p.06). [http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.14/GT\\_14\\_02\\_2010.pdf](http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.14/GT_14_02_2010.pdf). Acesso em: 10/01/2012 as 22h00min.

BRASIL. Ministério da Educação: PDE: **Plano de Desenvolvimento da Educação: Prova Brasil: ensino fundamental: matrizes de referência, tópicos e descritores**. Brasília: MEC, SEB; Inep, 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação: Prova Brasil: ensino fundamental: matrizes de referência, tópicos e descritores. Brasília: MEC, SEB; Inep, 2008.200 p.: il. 1. **Avaliação da educação básica**. 2. Ensino fundamental. 3. Língua portuguesa. 4. Matemática. I. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. II. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. III. Título.

\_\_\_\_\_. MEC. INEP. **Matrizes curriculares de referência para o SAEB**. Brasília, 1999.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino Fundamental: Língua Portuguesa/ secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. MEC/SEF. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa v.02**. Brasília: DF, (1997. P.53).

COSTA, D.T. **Provinha Brasil: Análise da Avaliação por Meio da Visão de um Grupo de Professores da Rede Pública de Educação do Distrito Federal**. Brasília, DF, Universidade de

Brasília/Faculdade de Educação ( Trabalho de Conclusão de Curso/ Graduação)2011. WWW.bdm.bce.unb/bitstream. Acessado em: 13/08/2012 as 18h05min.

DELMANTO, Dileta; t alli. **Prova Brasil na Escola**: Material para professores, coordenadores pedagógicos e diretores de escolas de Ensino Fundamental. Publicação do Cenpec em parceria com a Fundação Tide Setubal.2007.

GABRIEL, Rosângela. JUCHUM, Maristela. **SIGNO: Prova Brasil na Visão dos Professores Signo**. Santa Cruz do Sul, v. 34 n. 57, p. 120-133, jul.-dez. 2009. <http://online.unisc.br/seer/index.php/signo/inde>. Acessado em 07/05/2012.

IBGE, Censo Demográfico 2010. **IBGE CIDADES - Dois Riachos/AL**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 30de novembro de 2012 ases 17h30min.

KUSIAK, Sandra Mara. Uma Análise Da Prova Brasil com enfoque nos Processos de Leitura e Escrita– UPF.in :IX ANPED SUL. **Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul**. 2012.

LIMA, Isana Cristina dos Santos. **Os Efeitos da Prova Brasil nas Escolas Públicas do Município de Teresina**. UFPI (isanacristina@hotmail.com) Acesso em: 10/01/2012 as 22h00min.

PORTAL DO INEP. IDEB. **Resultados e Metas**. Disponível em:<http://ideb.gov.br/resultado/resultado.seam?cid=29554>. Acesso em; 28 de novembro de 2012 ás 22h30min.